

POLPAR S.A.Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71 - NIRE 35 3 0012252 6**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POLPAR S.A.****Aos Senhores****Administradores e Acionistas,**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada

Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

Resultados

No exercício de 2021 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 20 mil em comparação ao prejuízo de R\$ 95 mil no exercício anterior. O resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 135 mil, não foi suficiente para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 155 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		23		
Aplicações financeiras	4	2.341		2.370
Tributos a recuperar		133		114
Total do ativo circulante		2.474		2.507
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar		519		506
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	7	72.896		70.994
Total do ativo não circulante		73.415		71.500
Total do ativo		75.889		74.007
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Tributos a pagar			1	
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	22.295		21.655
Total do passivo		22.296		21.655
Patrimônio líquido				
Capital social		4.300		3.000
Reservas de lucros		1.697		3.017
Ajuste de avaliação patrimonial		47.596		46.335
Total do patrimônio líquido	8	53.593		52.352
Total do passivo e do patrimônio líquido		75.889		74.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Ajuste		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.000	325	2.289	498	31.203	- 37.315
Resultado abrangente						
Prejuízo do exercício						(95) (95)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos					15.132	- 15.132
Mutações internas do patrimônio líquido						
Compensação do prejuízo com reservas				(95)		95
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	325	2.289	403	46.335	- 52.352
Resultado abrangente						
Prejuízo do exercício						(20) (20)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos					1.261	- 1.261
Mutações internas do patrimônio líquido						
Capitalização de reservas	1.300	(100)	(1.000)	(200)		
Compensação do prejuízo				(20)		20
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.300	225	1.289	183	47.596	- 53.593

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A.. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. **1.1. Principal evento ocorrido no exercício:** **1.1.1. Efeitos decorrentes da COVID-19:** A Administração da Companhia acompanha as informações financeiras da Suzano S.A., por impactar as ações da Suzano S.A. (SUZB3), vide nota 7. A Suzano S.A. vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus, no que se refere à segurança das pessoas e à continuidade de seus negócios. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente. A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2022. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação. **3. Principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020. **3.1. Políticas contábeis adotadas:** **3.1.1. Ativos e passivos financeiros:** **a) Visão geral:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48. **b) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado, e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo: **i)** Custo amortizado: Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado. **ii)** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras. **iii)** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda. **c) Passivos Financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: **i)** Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **ii)** Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor. **3.1.3. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido

por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.1.4. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram alteradas e não tiveram impactos materiais para a Companhia: **3.2.1.** Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2022. Permissão de adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes); **3.2.2.** CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada); **3.2.3.** Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); **3.2.4.** CPC 43 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); **3.2.5.** CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); **3.2.6.** CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável); **3.2.7.** CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); **3.2.8.** Alterações à CPC 36 (R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto. (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações); **3.2.9.** Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada); **3.2.10.** Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023); **3.2.11.** Alterações à CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023); **3.2.12.** Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023. **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Aplicações financeiras: **31/12/2021 31/12/2020**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado **2.341 2.370**
Fundos de Investimento
Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média ponderada acumulada de 108,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (85,6% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating "brAAA" pelas agências Fitch e Standard & Poor's. **5. Partes relacionadas:** Os dividendos recebidos, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Suzano Holding S.A.	-	8
A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.		

7. Títulos e valores mobiliários: O saldo dessa conta encontra-se representado por títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo:

	Quant.	Ações	Tipo	% Participação	31/12/2021			31/12/2020		
					Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	38.003	38.678	675	36.993	37.668	
Suzano Holding S.A.	267.787	PN	0,15%	2.329	31.889	34.218	2.329	30.997	33.326	
				3.004	69.892	72.896	3.004	67.990	70.994	

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente. Em 2021, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais. **8. Patrimônio líquido: Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$ 4.300 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2020), composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital. A Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de 30 de abril de 2021 aprovou o aumento de capital de R\$ 1.300, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas estatutárias. **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2021, que não seja de auditoria externa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM** (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas (despesas) operacionais				
Dividendos	5	-		8
Despesas gerais e administrativas	11	(155)		(153)
Resultado operacional antes do resultado financeiro				
Despesas financeiras	10	(14)		(11)
Receitas financeiras	10	149		61
Prejuízo do exercício	6	(20)		(95)
Prejuízo do exercício por ação - em R\$				
Básico e diluído	9			
Ordinárias		(0,25641)		(1,21795)
Preferenciais		(0,28205)		(1,33974)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**EXERCÍCIOS FINDOS EM** (Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020	
	(20)	(95)	(20)	(95)
Prejuízo do exercício				
Variação do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	1.901	22.874		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(640)	(7.742)		
Total do resultado abrangente	1.241	15.037		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FINDOS EM** (Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020	
	(20)	(95)	(20)	(95)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(20)		(95)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:				
Atualização monetária e outros	(156)	(66)		
Variações nos ativos e passivos operacionais: (Aumento) redução em tributos a compensar	(14)	1		
Pagamento de outros tributos	(7)	(5)		
Aumento em outros passivos circulantes	7	4		
Fluxos de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(190)	(161)		
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Redução de aplicações financeiras	167	291		
Fluxos de caixa gerados nas atividades de investimentos	167	291		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	-	(108)		
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamentos	(23)	(108)		
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	23	1		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			23	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			-	23
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(23)	22		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM** (Em milhares de reais)

	31/12/2021		31/12/2020	
	(155)	(153)	(155)	(153)
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros consumidos				
Valor consumido pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Dividendos	-	8		
Receitas financeiras	156	66		
Valor adicionado a distribuir	1	(79)		
Distribuição do valor adicionado				
Impostos, taxas e contribuições federais	7	5		
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	14	11		
Prejuízos retidos	(20)	(95)		
Total	1	(79)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: **a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20)	(95)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	7	32
Dividendos recebidos	-	3
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes	(7)	(35)
	-	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social difer

→☆ continuação

POLPAR S.A. - CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71 - NIRE 35 3 0012252 6

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10. Resultado financeiro, líquido:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(14)	(11)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	18	10
Rendimentos das aplicações financeiras	131	51
Resultado financeiro líquido	135	50

11. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Anúncios e publicações	(49)	(49)
Taxas da CVM	(81)	(80)
Auditoria	(23)	(23)
Outras despesas	(2)	(1)
	(155)	(153)

12. Provisão para causas judiciais: A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas

classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável ou possível. **13. Eventos subsequentes:** A Companhia recebeu dividendos dos seus títulos, representados por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A., no montante de R\$477 em 27 de janeiro de 2022 e R\$340 em 31 de janeiro de 2022, respectivamente.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 15 de março de 2022.

David Feffer
Diretor Presidente

Orlando de Souza Dias
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Marcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor

Isabel Cotta Fernandino de França Leme
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 15 de março de 2022.

David Feffer
Diretor Presidente

Orlando de Souza Dias
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Marcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor

Isabel Cotta Fernandino de França Leme
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder - Vice-Presidente
Geraldo José Carbone - Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer - Presidente
Orlando de Souza Dias - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Marcel Paes de Almeida Piccinno - Diretor
Isabel Cotta Fernandino de França Leme - Diretor

CONTADOR

Rinaldo Ciucci
CRC 1SP-147256/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Polpar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**Porque é um PAA****Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A. (Nota 7)**

Em 31 de dezembro de 2021, o Nossos procedimentos de auditoria incluíram investimento em ações da Suzano Holding S.A. ("investida") representava negociação das ações da Suzano Holding S.A., para avaliação do atendimento da definição de mercado ativo, bem como a confirmação da quantidade de ações detidas pela por meio do resultado abrangente e, Companhia na investida com o extrato de por consequência, é mensurado ao posição e movimentação do custodiante. valor justo contra o patrimônio líquido.

Uma vez que as ações da investida não possuem elevada liquidez, a determinação do valor justo pela Companhia se dá com base na cotação pública das ações da Suzano S.A., investida que representa aproximadamente 93% do ativo da Suzano Holding S.A.

Adicionalmente, testamos a exatidão matemática do cálculo proporcional do valor justo das ações da investida, segundo os critérios estabelecidos. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os critérios adotados pela Administração do valor justo das ações da investida, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.

**Outros assuntos****Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>